

## Epistemologias da igualdade

### Entrevista com Magali Almeida

---

DJONATAN KAIC RIBEIRO DE SOUZA<sup>1</sup>

LEONARDO ORTEGAL<sup>2</sup>

Magali da Silva Almeida, professora do curso de Serviço Social da UFBA, é reconhecida nacionalmente como um dos principais nomes do debate sobre questão racial no Serviço Social, e como uma das pioneiras dos estudos sobre população negra na profissão. Sua atuação é reconhecida nos espaços do movimento negro brasileiro. Magali é também memória viva dos processos de aproximação entre o Serviço Social e a questão racial, em seus aspectos políticos, culturais e epistemológicos. Atua na defesa da saúde da população negra e no movimento de mulheres negras. Desde 2010, atua no Grupo Temático de Pesquisa “Gênero, sexualidades, raça e etnia” da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), sendo a atual coordenadora da ênfase *raça e etnia* deste Grupo.

#### **P. Magali, gostaríamos de compreender qual sua principal tese sobre a incidência do racismo na vida da população negra no Brasil**

R. O racismo é uma ideologia de dominação consagrada na Modernidade para explorar e sujeitar corpos negros e indígenas, gendrados e sexuados, com vistas à expansão do projeto de ocupação territorial e ampliação do mercado econômico europeu sob *o outro*, o não europeu, a partir de uma lógica binária que exclui qualquer possibilidade de vivência da diferença e do diverso. Assim, as nações europeias irão demarcar sua hegemonia política, cultural e econômica produzindo

---

1 Assistente social e mestrando em Política Social (UnB).

2 Assistente social e doutorando em Política Social (UnB). Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB).

desigualdades a partir da exploração e dominação de classe, naturalizando o que é político e por meio da violência física, do estupro, da catequese e da fome. O racismo é um dos conceitos mais polêmicos do mundo moderno, sobre o qual muitos significados são formulados, muitas ideias foram construídas assegurando, de um lado a descaracterização humana dos africanos, asiáticos, dos povos indígenas e a destruição e esquecimento de seus legados civilizatórios em seus próprios territórios e fora deles. Através de processos de desterritorialização em nível global, como exemplo o tráfico transatlântico de africanos e africanas, foi possível erigir o regime escravista que perdurou durante quase 400 anos no Brasil. Mas não só aqui. De outro lado, o racismo garantiu e garante uma potente estrutura de poder e privilégio da classe dominante branca (supremacia branca) mundialmente e a permite desfrutar de vantagens econômicas, culturais e simbólicas, em detrimento dos demais grupos etnicorraciais e de gênero. Clovis Moura (2014) chama atenção para o caráter polêmico do racismo, porque em determinados momentos políticos e históricos ele ganha vitalidade e se desenvolve com agressividade. Assevera o autor que o racismo não é uma conclusão tirada da ciência, de acordo com pesquisas de laboratório que comprovem a superioridade de um grupo étnico sobre outro, mas uma ideologia deliberadamente voltada para justificar a expansão dos grupos de nações dominadoras sobre aquelas por elas dominadas ou vir a dominar. O racismo, em última instância, tem um caráter de dominação não apenas étnico, mas político e econômico. Por esse motivo, sua presença e permanência histórica, assim como tendência de pensamento vitorioso na contemporaneidade. Seja por Donald Trump ou Jair Bolsonaro, as ideologias raciais identificam e unificam projetos de dominação de classe, dando fôlego ao capital para recrudescer e renovar velhas ideias e criar novas estratégias para dominar os/as trabalhadores/as e suas manifestações de resistência, como respostas às crises cíclicas inerentes à economia capitalista atual. Para tratar da incidência do racismo na população negra, a princípio precisamos caracterizar o cenário: 1. Não tratar a população negra como “minoria”. O Censo 2010, realizado pelo IBGE, segundo Lamarca e Vettore (2012), detectou mudanças na composição da cor ou raça declarada no Brasil. Em 2010, dos 191 milhões de brasileiros, 91 milhões se classificaram como brancos, 15 milhões como pretos, 82 milhões como pardos, ou seja, 97 milhões de negros, 2 milhões como amarelos e 817 mil como

indígenas. Registrou-se uma redução da proporção de brancos, que, em 2000, era 53,7%, e, em 2010, passou para 47,7%, e um crescimento de pretos (de 6,2% para 7,6%) e pardos (de 38,5% para 43,1%). Sendo assim, a população preta e parda passou a ser considerada maioria no Brasil (50,7%). O Censo 2010 destacou, ainda, a constância de diferenças na distribuição dos grupos raciais, com uma maior concentração de pretos e pardos no Norte e no Nordeste, e de brancos no Sudeste e Sul, para o que concorrem os padrões históricos de ocupação do país e a perpetuação nas desigualdades sociais. 2. Como destacou nossa saudosa Franciane Cristina de Menezes (2013), o acesso da população negra a bens e serviços públicos e/ou privados permanece inversamente proporcional. Os indicadores de educação, saúde, trabalho e de acesso aos bens e serviços, dentre outros, nos oferecem um retrato das consequências do racismo e da discriminação racial no Brasil. Enfatizo o assassinato de jovens negros entre 12 e 18 anos que expressa sua maior presença nos estados do Nordeste. O Índice de Homicídios na Adolescência 2014 (IHA), pesquisa que analisa os homicídios de adolescentes de 12 a 18 anos nos 300 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, nos oferece este dado cruel da violência estrutural e do genocídio da juventude negra provocado pelo racismo. O índice é calculado para cada grupo de mil pessoas entre 12 e 18 anos. Segundo os resultados dessa pesquisa, a partir da análise das informações de 2014, para cada mil adolescentes, 3,65 correm o risco de serem assassinados antes de completar os 19 anos. Com um horizonte nada promissor pela força do neoliberalismo imperante do atual governo Temer, a tendência é que se não houver investimento em políticas públicas, e as condições que prevaleciam em 2014 não mudem, entre 2015 e 2021, um total de 43 mil adolescentes poderão ser mortos nesses 300 municípios analisados, assinala a Unicef no Portal Determinantes Sociais da Saúde (2017). Neste sentido, as desigualdades entre grupos raciais e de gênero demonstram o fosso histórico entre negros e brancos e, indubitavelmente, tal realidade, como afirma Angela Davis, não pode ser analisada apartada da escravidão e de suas consequências para os afro-brasileiros na atualidade.

**Sabemos que a diáspora africana, ao mesmo tempo em que unifica as relações raciais de diversos países, possui suas particularidades em cada um deles. Nesse contexto, o que particulariza o racismo no Brasil?**

Nos estudos da Diáspora Negra, dialogo com João Costa Vargas (2010). O conceito de diáspora segundo a concepção do autor nos possibilita ler a realidade do povo negro para além da concepção clássica que focaliza a análise da desigualdade, exclusivamente no processo de dispersão dos grupos étnicos do continente africano, pelo tráfico transatlântico. Os estudos contemporâneos politizam o termo para entender a diáspora negra como comunidades transnacionais, cujas redes sociais, econômicas e políticas atravessam fronteiras dos Estados-nação. Processos mundiais no plano étnico-racial (migrações, refugiados de guerra, xenofobia, racismo, resistências etc.) trazem à cena pública novas questões, desenhando as novas faces da questão social, obliteradas pelo racismo e as estruturas de violência emanadas das hierarquias raciais, na maioria das vezes naturalizadas por justificativas ideológicas que vitimaram os/as sujeitos/as preferenciais do racismo: os negros e negras e poupam seus algozes. Baseio-me em Vargas (2010) e proponho uma concepção de diáspora que amplie as possibilidades de libertação do povo negro dos processos antinegros que incidem sobre ele, baseados no terror racial e no genocídio antinegro. Nesses termos, a Diáspora Negra, assim concebida, é marcada por vários processos genocidas antinegros (onde essas identidades são produzidas), não apenas predominantes, mas fundantes do Estado-nação, fundamentalmente por processos de resistências a partir de antagonismos entre as classes sociais. Não há “Brasil” sem racismo, não há verdadeiramente uma luta pela democracia que não implique a luta contra o racismo. Por isso, a luta contra o capitalismo não pode negligenciar os efeitos do racismo e seu combate. Uma concepção ampliada de Diáspora Negra, que relativize as particularidades de cada realidade social (e suas nacionalidades), permite identificar os processos de genocídio vividos pela população negra, bem como as alternativas políticas que se abrem no confronto e na luta por direitos, com vistas à libertação desta população. Vargas (2010) adota o conceito de diáspora que, mesmo reconhecendo suas múltiplas expressões performáticas e políticas inerentes, foca as análises no terror racial e no genocídio antinegro como característica fundante. Exemplos vivos e atuais como o estupro de mulheres negras, a morte de meninas, jovens e mulheres negras, o trabalho doméstico, o trabalho escravo contemporâneo, a guerra às drogas e o Estado penal são expressões da racialização como projeto dos Estados-nação em escala mundial, em particular no Brasil. Para finalizar, acho

que a particularidade do racismo à brasileira é sua ambiguidade, ou seja, o racismo é reconhecido pelo Estado, mas o “sujeito racista” inexistente. Se perguntarmos se há racismo no Brasil, a grande maioria da população saberá identificar cenas de discriminação racial no cotidiano, mas se perguntarmos se somos racistas, certamente ninguém assumirá este lugar. Assumir o racismo é reconhecer as benesses da estrutura de privilégios que ele produz.

**Gostaríamos que você dissertasse sobre os principais nomes do Pensamento Negro Brasileiro e a importância desses sujeitos para se pensar a formação do racismo no Brasil.**

Penso que vou ter muita dificuldade de responder essa pergunta. Mas preciso recortar um contexto e um lugar de fala desses interlocutores. Vou escolher aqueles e aquelas intelectuais que foram inaudíveis na academia devido o preconceito racial e de gênero e, certamente, pouco conhecidos na formação em Serviço Social. Maria Carolina de Jesus, por exemplo, é uma escritora que tratou da questão social brilhantemente em seu livro *Quarto de Despejo*. Mas o que se esperar de uma catadora de papel favelada? O racismo opera assim, descredenciando seres humanos e os tornando menos humanos que outro e sua função está em sua capacidade de justificar a violência sobre algumas vidas. Da mesma forma o fez com Solano Trindade, escritor e poeta negro comunista. *Tem gente com fome* destaca o vigor das iniquidades e violências do racismo, no cotidiano da classe trabalhadora que utiliza o sistema ferroviário massificado. Solano lutou de forma incansável contra o racismo. Outro intelectual importante foi João Candido, o Almirante Negro, que, em 1910, sem nenhum recurso tecnológico, liderou a maior paralisação contra o uso da chibata e outras práticas humilhantes da Marinha, brasileira. Morreu pobre na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Sua luta foi reconhecida institucionalmente pela Marinha após uma ampla luta do movimento negro brasileiro. Igualmente apresento Lima Barreto, cuja obra anuncia, criticamente, a força das estruturas racistas do Brasil da *Belle Époque*. Dentre os temas abordados, o que mais me emocionou foi a forma realista como tratou da produção da loucura e seus dispositivos disciplinares em *Cemitério dos Vivos*. Finalmente, dentre os/as acadêmicos que conformam uma concepção crítica do racismo destaco Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento, Clovis Moura, Otavio Ianni, Florestan Fernandes, sobre-

tudo no livro *O protesto negro* e o querido professor Kabengele Munanga. Por fim, as feministas negras Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Jurema Werneck, Edna Roland, Sonia Santos e as americanas Angela Davis, bell hooks, Audre Lorde, que foram as que mais influenciaram meu pensamento.

**Sobre o Serviço Social, é evidente o crescimento de estudos que abordam a temática racial nos últimos anos. O que você destacaria como elementos que distanciam o debate racial no Serviço Social e o que vem provocando a crescente produção teórica? Gostariamos também que você abordasse os nomes dos que vêm fazendo este debate no Serviço Social**

Não me parece justo afirmar que os estudos sobre questão racial e Serviço Social emergem de forma pioneira na geração de intelectuais da qual faço parte. Acho o racismo no Brasil tão cruel e perverso que podemos, no processo histórico, apagar o protagonismo de algumas pessoas que nos antecederam e que se preocuparam, em suas análises, com os efeitos do racismo na conformação da questão social. Escavar o passado para identificar possíveis produções, a exemplo do livro *A ecologia do grupo afro-brasileiro ante o Serviço Social*, de Sebastião Rodrigues Alves é tarefa necessária à compreensão da história da profissão, do protagonismo de alguns assistentes sociais negros, no confronto de ideias e concepções sobre o combate ao racismo em uma sociedade de classes e no âmbito da profissão de Serviço Social. Destaco como um dos elementos que distanciam o debate racial no Serviço Social é uma presença muito forte do pensamento social na academia que vê o negro como objeto, como “problema”, e o Serviço Social não é refratário a esse tipo de pensamento. A formação universitária em geral é fundamentada em uma epistemologia eurocêntrica, e isso fortalece a ideia de que a cultura negra é sempre menor. A *práxis negra*, na concepção de Clovis Moura (1988), é ignorada no pensamento social de tradição europeia, ou quase impossível de materialidade. Todavia, se hoje o Serviço Social brasileiro traz na sua agenda o combate às opressões, é porque há no campo de forças o agenciamento de sujeitos/as negros/as que têm provocado tensões no processo de transformação da realidade. A perspectiva de totalidade social coloca, para o projeto ético-político do Serviço Social e seus agentes, o combate ao ideal de branquura que prevalece oculto, mas latente e atuante nas relações sociais. Esta tensão,

como citei anteriormente, tem provocado a busca de novas possibilidades de analisar e propor projetos criativos e inovadores de transformação da sociedade brasileira. Nos últimos 30 anos, a Constituição, hoje fortemente ameaçada, possibilitou o avanço do antirracismo no Brasil. O avanço da tecnologia informacional estreitou as relações entre pessoas negras de continentes distantes, o que era impensável para os negros brasileiros que não dispunham de recursos para deslocamento. Lélia Gonzalez foi a primeira mulher negra a nos representar fora do Brasil, no final dos anos de 1970. Esta mesma tecnologia facilitou o acesso à bibliografia nacional e internacional sobre relações raciais e feminismos negros, e as possibilidades de intercâmbio com universidades latinas, europeias e norte-americanas sobre estudos da população negra têm provocado nos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social a inclusão da temática do racismo e do feminismo. Sem dúvida, falar de antirracismo e Serviço Social é garantir o debate e fortalecer projetos de fundamentações plurais, mas de suma importância para o avanço do debate político sobre racismo com base na teoria crítica no Brasil. No percurso histórico da profissão, destaco a importância de Elisabete Aparecida Pinto, Matilde Ribeiro, Sarita Amaro, Roseli Rocha, Mabel Assis, Márcia Campos Eurico, Tereza Cristina Santos, Ana Paula Procópio, Joilson Santana Marques Junior, Franciane Cristina de Meneses (*in memoriam*), Valdenice Raimundo dentre muitas/os outras/os que formularam sobre questão social e questão racial no Serviço Social no Brasil.

**Magali, você é um dos principais nomes do debate racial no Serviço Social. Gostaríamos que você dissertasse sobre a importância do debate étnico-racial no Serviço Social, tanto no que tange à formação profissional, à atuação profissional, bem como à organização política da categoria no Conjunto CFESS/CRESS; ABEPSS e ENESSO.**

Minha formação política se baseia na concepção de que somos uma construção social. Devo o que sou aos meus ancestrais (concebidos aqui como uma força motriz de valores, referências afro-brasileiras) e às/aos companheiras/os fraternas/os com as/os quais construí nas militâncias da categoria, do movimento negro e sindical, formulações teóricas de combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial, procurando compreender estas expressões da realidade social com

outros feixes de opressão de forma interseccional. Em todos os espaços dos quais participei, fui e continuo sendo uma forte detratora do racismo, do sexismo e da fobia LGBTT. Diante deste quadro avassalador dos direitos sociais, nutrido por uma forte onda conservadora, o Serviço Social, em sua vertente crítica e revolucionária, não pode furta-se do debate das opressões frente à dominação de classe. Devemos prosseguir reforçando as grandes ações no plano da ética profissional, sejam por meio de campanhas de combate à discriminação da população negra e do combate ao racismo institucional dos povos indígenas ainda negligenciados no Serviço Social. Não menos importante, devemos destacar em nossas agendas a discussão do genocídio da juventude negra, da morte evitável das mulheres negras e aprofundar o debate sobre famílias negras, a exploração sexual infantil e a prostituição que afetam violentamente meninas, jovens e mulheres negras. A morte violenta de mulheres e homens *trans* negros/as extremamente subnotificadas/os, do acesso precarizado ao mundo do trabalho ou mesmo sem a chance de jamais ingressá-lo formalmente e, por fim a saúde da população negra e os determinantes sociais da saúde. Do ponto de vista da formação profissional, reforçamos as recomendações da ABEPSS: a) sobre a importância de disciplina obrigatória que garanta a discussão do processo de dominação e opressão de gênero, raça-etnia e sexualidade na sociedade capitalista; e, b) adoção das cotas raciais no acesso da pós-graduação para população negra nos parâmetros formulados pela entidade. E, finalmente, mas não menos importante, todo apoio ao movimento estudantil no Serviço Social por intermédio da Executiva da ENESSO, que, nas três últimas gestões, tem priorizado o debate das opressões no âmbito da luta de classes e buscado fortalecer os/as estudantes no enfrentamento da discriminação racial no espaço universitário.

**A chamada dessa edição da revista Ser Social provoca a possibilidade de se pensar a questão racial dentro do marxismo. Sabemos que o movimento negro e o marxismo possuem uma relação histórica no Brasil, marcada por convergências e conflitos. Gostaríamos de saber como você enxerga os distanciamentos e aproximações entre questão racial e marxismo.**

Esta pergunta é provocativa, pois nos coloca diante de um dilema histórico entre academia e movimento social. Entretanto, cabe ressaltar

que o racismo, ao provocar desvantagens para a população negra, impediu seu acesso aos espaços de formação escolar e universitário, através de múltiplas barreiras. Podemos citar a necessidade de trabalho precoce que impede a conciliação do acesso aos bancos escolares e sobrevivência, assim como um projeto hegemônico de escola que exclui o estudante negro, por não se reconhecer esse estudante e sua cultura. E esta lógica vem se repetindo no Ensino Superior. A relação de formação política e mesmo escolar da população negra, em alguns momentos da história brasileira, esteve a cargo do próprio movimento negro, por meio de suas entidades organizativas e culturais. A formação política de esquerda, em grande medida, será garantida com o acesso de homens e mulheres negras nos partidos políticos, tais como o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil, e no novo sindicalismo, no Partido dos Trabalhadores, mais precisamente no início dos anos de 1980 até os anos de 1990. Mas verifica-se nos relatos desses militantes, desse período histórico, certa crítica ao não reconhecimento do racismo e das relações raciais na vida dos/as trabalhadores/as negros/as, na construção do processo revolucionário e, de certo modo, no apagamento do debate da questão racial no cerne do Movimento Internacional dos Trabalhadores. Reconheço a presença de muitos/as negros/as comunistas que construíram a luta antirracista nas Antilhas, nos EUA, na Europa e em alguns países africanos na luta pela independência. Este é o nosso grande desafio.

**Quais os principais desafios para um enfrentamento antirracista no Brasil? E como você percebe o papel das políticas sociais no enfrentamento ao racismo? Como você percebe a relação entre política social e o enfrentamento ao racismo?**

Acho que o movimento negro brasileiro avançou muito ao afirmar que a democracia racial brasileira é um mito. Foi tão potente esta luta que forçou o Estado brasileiro a reconhecer o racismo institucional e a criar políticas públicas de combate ao racismo. Entretanto, devemos perceber que a política social é uma resposta do Estado à questão social, e expressa a correlação de forças das classes sociais em disputa por projetos societários antagônicos na sociedade capitalista em curso. Precisamos fortalecer, no campo antirracista, os projetos classistas que, a meu ver, são minoritários no feminismo e o movimento LGBTTT. Mas acredito que o enfrentamento do racismo, na sociabilidade

burguesa, deve ser construído pela ampliação das políticas sociais, pelo fortalecimento das instituições democráticas e pelo povo na rua, toda vez que os direitos forem violados. Esta é minha opinião.

**No seu artigo publicado na revista Em Pauta, da UERJ, você aborda temas como desumanização da população negra, a violência racista institucionalizada no Brasil, e aponta os processos de colonização como um dos mecanismos da consolidação do Estado brasileiro. Você pode nos falar um pouco sobre estas questões, situando os desafios e as possibilidades de saída para a população negra brasileira?**

Creio que, de certo modo, fiz menção a estas questões. Entretanto, quero destacar uma dimensão do racismo antinegro e do terror racial que se apresentam como um domínio pouco estudado pelo Serviço Social, – o da religiosidade. Para Marx, a religiosidade não pode ser vista apenas como epifenômeno ideológico, a despeito do que foi veiculado – e fortemente acolhida – na célebre assertiva da religião como “ópio do povo”. Para Moura (2004), em Marx a temática fetichismo/alienação, que atravessa seu projeto de crítica à economia política, emerge principalmente quando trata da trilogia fundante da sociedade mercantil, ou seja, com a forma mercadoria *do trabalho social humano*, vai se desdobrando sequencialmente em *dinheiro* e *capital*. Nesse construto, Marx considera a religiosidade como constitutiva do ser social, pelo menos até que se instaure uma sociedade de homens livres. Uma comunidade humana, fundada num determinado desenvolvimento das forças produtivas que não prescindia da subjugação do homem pelo homem ou pela natureza, configurada pela superação do produtivismo. Uma sociedade centrada em sua autossatisfação, em seu sentido pleno. Uma sociedade de homens livres. A questão religiosa, da forma como está sendo expressa nesta conjuntura, é retratada claramente sob a direção de ideologias fundamentalistas neopentecostais, lideradas pelas bancadas de parlamentares dos legislativos federal, estadual e municipal, representantes das grandes organizações econômicas de cunho religioso que estão alinhadas a setores do Poder Executivo, cuja governabilidade está sendo orientada por perspectivas reacionárias antifeministas, em defesa da heteronormatividade e pela “cristianização” do Estado. A demonização do patrimônio religioso afro-brasileiro e indígena tem resultado na intolerância religiosa e na destruição/expulsão do território religioso pelos fundamentalistas e,

mais recentemente, pelo tráfico em nome de “Deus”, revelando uma nítida aliança entre pastores e traficantes veiculada na mídia. A quem interessam essas violações? Que interesses econômicos estão em jogo? Este é um grande desafio que não será superado de forma isolada. Novas formas de lutas coletivas necessitam ser construídas e reinventadas, pois em certa medida, a violação dos direitos que estão em jogo pretende reduzir as conquistas da classe trabalhadora e da população negra, em particular.

## Referências

LAMARCA, G; VETTORE, M. **A nova composição racial brasileira segundo o censo de 2010**. Determinantes sociais da saúde: portal e observatório sobre iniquidades em saúde. 21/01/2012. Disponível em: <<http://dssbr.org/site/2012/01/a-nova-composicao-racial-brasileira-segundo-o-censo-2010/>>. Acesso em: 15/10/2017.

VARGAS, J. C. A diáspora negra como genocídio: Brasil, Estados Unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)**. V. 1, n. 2, jul.-out./2010, p. 31-65.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática. Série Fundamentos, n. 34, 1988.

\_\_\_\_\_. O racismo como arma ideológica de dominação. **Princípios**. Ed. 129, jan-fev./2014, p. 4-20.

MOURA, M. C. B. de. **Os mercadores, o tempo e a filosofia: Marx e a religiosidade**. Porto Alegre: Edipuc-RS, 2004.

MENEZES, F. C. Repensando a funcionalidade do racismo para o capitalismo no Brasil contemporâneo. **Libertas**, v. 13, n. 1, p. 9-72, jan.-jun./2013.